

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

No fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. Nessa transformação, misturaram-se dois processos. Não tiveram nem a mesma cronologia, nem as mesmas razões de ser. De um lado, a supressão do espetáculo punitivo. O cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração. A punição pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo; e como as funções da cerimônia penal deixavam pouco a pouco de ser compreendidas, ficou a suspeita de que tal rito que dava um “fecho” ao crime mantinha com ele afinidades espúrias: igualando-o, ou mesmo ultrapassando-o em selvageria, acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a frequência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com criminoso, os juizes com os assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração.

A execução pública é vista então como uma fomalha em que se acende a violência. A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens.

Michel Foucault. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987 (com adaptações).

Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto apresentado, julgue os itens seguintes.

- 1 No trecho “Nessa transformação, misturaram-se dois processos” (primeiro parágrafo), a substituição de “misturaram-se” pela locução **foram misturados** prejudicaria os sentidos originais do texto e sua correção gramatical.
- 2 No segundo parágrafo do texto, os dois-pontos foram empregados logo após a expressão “várias consequências” para introduzir uma explicação.
- 3 Em “sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível” (segundo parágrafo), o emprego do acento indicativo de crase é facultativo em ambas as ocorrências.
- 4 A correção gramatical do primeiro período do segundo parágrafo seria mantida caso o trecho “em que” fosse substituído por **onde**.
- 5 No trecho “acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a frequência dos crimes” (primeiro parágrafo), as formas pronominais “los” e “lhes” retomam “todos”.

- 6 No trecho “E tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo” (primeiro parágrafo), a supressão da preposição “de” manteria a correção gramatical e os sentidos originais do texto.
- 7 Ao empregar o adjetivo “melancólica” para caracterizar “festa”, em “a melancólica festa de punição” (primeiro parágrafo), o autor apresenta seu ponto de vista sobre a forma de punição que se vai “extinguindo”.
- 8 No final do segundo parágrafo, o trecho “a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime” reforça e esclarece o que se afirma em relação à punição no trecho “sua eficácia é atribuída à sua fatalidade”.
- 9 O texto informa que, até o final do século XVIII e início do século XIX, a pena adotada para punir aqueles que cometiam crimes consistia em queimá-los em fogueiras.
- 10 O texto aponta para uma reflexão sobre o sistema de punição de criminosos: a violência envolvida na pena pode fazê-la se parecer com os crimes que se deseja evitar.

A segurança é direito social, fundamental e inviolável de todo cidadão brasileiro. O Estado, por meio dos órgãos elencados na Constituição Federal de 1988, é o principal responsável por buscar medidas para que seja concretizado o direito à segurança. Contudo, é importante ressaltar que o papel de promover o equilíbrio, de modo a evitar atitudes ameaçadoras e violentas, não compete somente ao Estado, visto que cada um deve ter consciência de suas escolhas e consequências. Daí se depreende a relevância da aplicabilidade de políticas públicas de segurança duradouras e eficazes.

Ana Luiza Fontoura Reis e Igor de Andrade Barbosa.
A crise da segurança pública e sua relação direta com o sistema carcerário brasileiro. In: Revista Jus Navigandi, ano 24, n.º 5776, abr./2019 (com adaptações).

Considerando o assunto do texto anterior, julgue os itens que se seguem, relativos ao sistema prisional brasileiro, ao sistema penitenciário federal, às políticas públicas de segurança pública e cidadania e ao papel do sistema penitenciário nas políticas nacionais de segurança pública.

- 11 Por ser de implantação mais recente, o sistema penitenciário federal brasileiro segue o que é previsto pela Lei de Execução Penal para os presídios estaduais, por meio de uma doutrina judicial e da chamada lei de regência.
- 12 No mês de fevereiro de 2021, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), responsável pelo sistema penitenciário federal, conteve um ensaio de motim acontecido, em plena pandemia, em um presídio federal situado em Aparecida de Goiânia – GO.
- 13 A crise na segurança pública está diretamente ligada a falhas no sistema carcerário brasileiro: apesar da alta quantidade de apreensões todos os dias, a criminalidade no país não tem diminuído efetivamente.

- 14 O sistema prisional brasileiro está com sua taxa oficial de ocupação quase no limite constitucional, o que compromete a garantia de direitos legalmente previstos, como a assistência educacional aos detentos.
- 15 Em meio à pandemia do novo coronavírus, presos do sistema penitenciário brasileiro enfrentam dificuldade para atendimento médico, havendo casos de presos com covid-19 que dividem espaço com presos sem sintomas e sem a doença.

À luz da Lei estadual n.º 6.754/2006 (Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas) e da Lei estadual n.º 5.247/1991 do estado de Alagoas, julgue os itens a seguir, acerca de ética no serviço público.

- 16 Entre o conjunto de deveres fundamentais do servidor público incluem-se o tratamento cuidadoso dos usuários dos serviços públicos estaduais e a procrastinação do exercício regular de direito por qualquer pessoa.
- 17 A alteração ou a deturpação do teor de documentos que deveriam ter determinado encaminhamento constituem práticas vedadas ao servidor público.
- 18 Na hipótese de abuso de poder, o servidor deverá encaminhar representação a ser apreciada pela autoridade superior ao agente que praticou o ato abusivo e contra o qual foi elaborada a representação.
- 19 O agente público deve observar as normas estaduais de natureza legal e regulamentar, e seu comportamento deve ser pautado pela moralidade administrativa e pelo elemento ético de conduta.
- 20 A instauração de processo de apuração pela Comissão de Ética de prática que viole os termos do Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas deve ocorrer por iniciativa da autoridade hierarquicamente superior, uma vez que denúncias advindas de outros agentes não são válidas para tal finalidade.

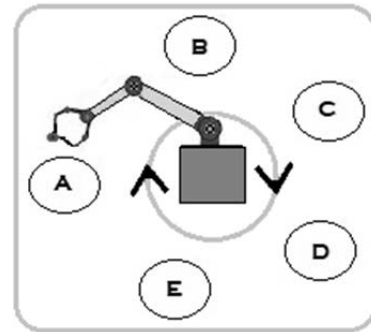
Julgue os próximos itens, relativos ao Windows e ao Microsoft Office.

- 21 O Windows 10 Enterprise gera uma ID de anúncio exclusiva para cada usuário em um dispositivo e, com base nessa ID e nas atividades dos usuários, é possível configurar o Windows para permitir que aplicativos forneçam anúncios mais relevantes.
- 22 No Word 2016, é possível inserir fórmulas que permitam, similarmente ao Excel 2016, somar números que aparecem em linhas de uma tabela, usando-se, por exemplo, a seguinte fórmula.
- =SOMA(ESQUERDA)
- 23 No Windows 10, o usuário pode configurar *backups* de suas pastas, suas imagens e seus documentos, por exemplo, e armazená-los utilizando a *cloud storage* por meio do OneDrive, o que lhe possibilita recuperar esses dados em outros dispositivos, caso necessário.

Julgue os próximos itens, relativos a programas de navegação e segurança da informação.

- 24 Um usuário que tenha instalado em seu computador um antivírus e um *antispyware* pode substituí-los por um *firewall* pessoal sem prejuízo à sua segurança, porque esse aplicativo possui recursos que tanto eliminam vírus quanto bloqueiam *adware*.
- 25 Embora tenham recursos em comum, o Microsoft Edge e o Google Chrome diferenciam-se, em suas versões mais recentes, pelo fato de este último, ao contrário do primeiro, dispor de uma funcionalidade que permite verificar se as senhas armazenadas e sincronizadas foram comprometidas, ou seja, se elas se encontram em banco de dados de senhas que vazaram da nuvem.

Em uma feira de ciências, cinco crianças, designadas pelas letras A, B, C, D e E, participarão de um experimento no qual um robô distribuirá três tipos de bala: de morango, de laranja ou de hortelã. A cada nova rodada, somente uma bala será dada pelo robô a cada criança, partindo-se da criança A até a criança E, em ordem alfabética, conforme ilustrado na figura a seguir.



A distribuição das balas seguirá a seguinte rotina, a qual será obedecida também quando se passar de uma rodada para outra: se uma criança receber uma bala de morango, a criança seguinte receberá uma bala de laranja; se uma criança receber uma bala de laranja, a criança seguinte receberá uma bala de hortelã; se uma criança receber uma bala de hortelã, a criança seguinte receberá uma bala de morango.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, considerando que a criança A receberá uma bala de morango na primeira rodada.

- 26 Ao final da sétima rodada, a criança A terá recebido, pelo menos, três balas de morango.
- 27 Na rodada de número 19, a criança D receberá uma bala de hortelã.
- 28 Ao final da rodada de número 30, a criança C terá recebido exatamente 10 balas de morango.
- 29 As chances de que, após 92 rodadas, todas as cinco crianças tenham recebido, pelo menos, 30 balas do mesmo sabor são superiores a 75%.
- 30 A probabilidade de duas crianças receberem uma bala de laranja na rodada 42 é inferior a 0,2.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES --

Com base no que dispõe a Lei de Execução Penal em relação ao egresso, julgue os itens a seguir.

- 31** Considera-se egresso o preso liberado definitivamente, pelo prazo de um ano, a contar da sua saída do estabelecimento prisional.
- 32** Não se enquadra na condição de egresso o condenado beneficiado com livramento condicional, até o efetivo término do período de prova.

Determinado cidadão, réu primário, foi condenado a uma pena privativa de liberdade superior a 10 anos de reclusão, pela prática de um crime hediondo, sem resultado morte, tendo iniciado o cumprimento da sanção em regime fechado.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, de acordo com a Lei de Execução Penal.

- 33** Desde que satisfeitos os requisitos legais pertinentes, o condenado poderá ser beneficiado com livramento condicional após o cumprimento de metade mais um dia da pena.
- 34** Na hipótese de doença grave de seu irmão, por exemplo, o condenado poderá obter, diretamente do diretor do estabelecimento prisional, permissão de saída mediante escolta, para visitar o familiar enfermo.
- 35** Se ostentar boa conduta carcerária, o condenado poderá progredir para regime menos rigoroso depois de cumprir 40% da pena.
- 36** O condenado faz jus a trabalho devidamente remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios inerentes à previdência social.

Com relação à prevenção de delitos no sistema prisional, julgue os itens que se seguem, em conformidade com o disposto nas resoluções pertinentes.

- 37** A revista pessoal em crianças e adolescentes, para ingresso em estabelecimento prisional, deve ser precedida de autorização expressa de seu representante legal e somente será realizada na presença deste.
- 38** Por ocasião do ingresso em um estabelecimento prisional, somente é autorizada revista pessoal naqueles que terão contato direto com o preso.

À luz das disposições da Lei de Execução Penal e da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, julgue os itens seguintes.

- 39** As condenadas que sejam mães de filhos recém-nascidos poderão amamentá-los, no mínimo, até seis meses de idade.
- 40** Em situações específicas, o diretor de presídio feminino poderá delegar a terceiros, mediante contratação prévia e pela devida retribuição financeira, o serviço de transporte de presas gestantes ou puérperas para hospitais e clínicas de pré-natal ou pediatria.
- 41** Os estabelecimentos prisionais destinados a mulheres terão exclusivamente agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas e externas.
- 42** As condenadas terão direito à visita íntima ao menos uma vez por mês, desde que seu cônjuge ou seu(ua) parceiro(a) apresente, obrigatoriamente, certidão de casamento ou declaração de união estável, respectivamente.

No que diz respeito aos direitos humanos e à participação social, julgue os itens a seguir.

- 43** Se determinado estabelecimento penal violar normas de execução penal, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária poderá instaurar procedimento administrativo para apurar as possíveis violações, podendo interditá-lo, como penalização.
- 44** A presunção da inocência de uma pessoa que esteja na fase de acusação de um crime é uma garantia prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- 45** Suponha que um preso esteja com seu estado de saúde debilitado e que, em razão disso, a Defensoria Pública tenha requerido ao juiz competente indulto em favor do preso. Nessa situação, caberá ao Conselho Penitenciário emitir parecer sobre o pedido de indulto.
- 46** O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) estabelece diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas de observância obrigatória, vinculando os estados, o Distrito Federal, os municípios e os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.
- 47** Regras internacionais preveem que informações relativas ao comportamento e à disciplina de preso que constem em sistema de registro do recluso poderão ser acessíveis a quem, por razões profissionais, solicitar o acesso.
- 48** Ao Conselho da Comunidade incumbe visitar, pelo menos uma vez por mês, os estabelecimentos penais de sua comarca, bem como supervisionar a assistência aos egressos.
- 49** As regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas expressamente preveem que, nos locais destinados aos reclusos para viver, deve haver luz artificial para leitura, sem prejudicar a vista.
- 50** A elaboração de relatório anual sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, em diálogo participativo com a sociedade civil, é uma ação programática prevista na diretriz do PNDH-3 denominada integração e ampliação dos sistemas de informação em direitos humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação.

Com base na Lei estadual n.º 5.247/1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas), julgue os itens a seguir.

- 51** Considera-se reintegrado o servidor que, aposentado por invalidez, houver tido os motivos de sua aposentadoria declarados insubsistentes por junta médica oficial.
- 52** A nomeação restringe-se aos cargos de provimento efetivo.
- 53** A exoneração de cargo efetivo poderá ser efetivada de ofício pela administração.
- 54** Os adicionais de insalubridade e periculosidade incorporam-se à remuneração do servidor, ainda que cessadas as condições que os tenham ensejado.

De acordo com o Decreto estadual n.º 49.051/2016 (Regimento Interno da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social — SERIS), julgue os itens seguintes.

- 55** Sempre que necessário, o secretário de estado de ressocialização e inclusão social poderá delegar, por ato expresso e formal, as atribuições no âmbito de sua competência.
- 56** A SERIS é órgão integrante da administração direta do Poder Executivo estadual.
- 57** Compete à Gerência do Comando de Operações Penitenciárias a elaboração de planos de segurança para o complexo penitenciário.

Com base na Lei estadual n.º 7.993/2018, que dispõe a respeito da reestruturação da carreira de agente penitenciário do serviço civil do Poder Executivo do estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

- 58** Considera-se parte especial o quadro de servidores com ascendência funcional e hierárquica em relação ao quadro de servidores integrantes da parte permanente.
- 59** É vedado, durante o estágio probatório, o exercício de cargo comissionado pelos servidores da carreira de agente penitenciário.
- 60** Observados os demais requisitos legais, denomina-se nível a posição funcional do servidor dentro de determinada classe.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca dos poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 61** Os poderes da administração pública, por serem inerentes à atividade administrativa, são irrenunciáveis.
- 62** Com base no poder discricionário, um agente público pode revogar um ato válido.
- 63** Ilustra o exercício do poder hierárquico o fato de um agente de trânsito aplicar multa a um motorista.
- 64** Um policial exerce o poder de polícia administrativa ao realizar o ato de prisão em flagrante.

Acerca da organização administrativa do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 65** As autarquias possuem personalidade jurídica distinta daquela do ente político que as criou e são dotadas de autoadministração.
- 66** Uma autarquia territorial exerce poderes e deveres de administração similares aos de entes federados, porém se distingue destes por não ser entidade política.
- 67** O controle hierárquico da administração direta sobre as autarquias é conhecido como controle finalístico.

Acerca das atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 68** Cabe ao Congresso Nacional conceder anistia, indulto e comutar penas.
- 69** Leis ordinárias, leis complementares e emendas constitucionais, depois de aprovadas pelo Congresso Nacional, são submetidas à sanção presidencial.
- 70** Cabe ao Congresso Nacional, e não ao Tribunal de Contas da União, julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- 71** O presidente da República pode extinguir, por decreto, cargos públicos vagos, ainda que tais cargos tenham sido criados por lei.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 72** Por questões de segurança dos agentes públicos, o preso não tem direito à identificação dos policiais que o prenderam.
- 73** As normas sobre direitos e garantias fundamentais são normas programáticas.
- 74** A prisão por crime propriamente militar não depende de flagrante delito ou ordem fundamentada proferida por autoridade judiciária competente.

Com relação ao direito penal, julgue os itens a seguir.

- 75** Há crime contra a administração pública em que as formas consumada e tentada são punidas com a mesma pena.
- 76** Suponha que Mário, parente de preso, em visita no estabelecimento prisional, tenha desacatado um agente penitenciário. Nessa situação hipotética, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a conduta de Mário não é considerada crime, em razão do direito constitucional de liberdade de expressão.
- 77** Suponha que, em determinado estabelecimento prisional, um visitante de preso estivesse sob suspeita de estar cometendo um crime e, ao ter sido abordado, tenha atribuído a si falsa identidade perante a autoridade policial. Nessa situação, se a falsa atribuição tiver ocorrido como autodefesa, a conduta será atípica penalmente.
- 78** Pessoa presa e condenada por ter cometido crime hediondo estará insuscetível de indulto após a sentença transitar em julgado, devendo cumprir sua pena inicialmente no regime fechado.
- 79** Suponha que uma pessoa tenha subtraído para si, mediante grave ameaça, o celular de outra pessoa. Nessa situação, para que o crime de roubo seja configurado, é necessária a posse mansa e pacífica ou desviada do celular, não bastando a posse de fato, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição.
- 80** Suponha que uma pessoa de dezessete anos de idade, faixa preta em arte marcial, cometa um ato previsto como crime. Nessa situação, essa pessoa será considerada penalmente inimputável, conforme previsão expressa na Constituição Federal de 1988 e no Código Penal.
- 81** Crime contra honra é considerado crime contra a pessoa, e sua pena será aumentada caso seja cometido contra funcionário público, em razão de suas funções.

Com relação ao processo penal brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 82** Arquivamento de inquérito policial é medida excepcional, admitida somente quando dos autos emergirem, de plano, a atipicidade da conduta, a existência de causa de extinção da punibilidade e a ausência de indícios de autoria sobre a materialidade do delito, sendo necessário exame aprofundado e exauriente das provas.
- 83** Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juiz declarará a extinção da punibilidade, não podendo esse acordo ser utilizado em futuro processo para fins de reincidência.
- 84** A captação ambiental poderá ser autorizada de ofício pelo juiz, desde que a prova não possa ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e desde que haja elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em crimes cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos.
- 85** O corréu no mesmo processo não poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- 86** Nos crimes praticados por funcionário público, a competência será, em regra, do local de residência do servidor.
- 87** O *habeas corpus* é remédio constitucional necessário para reparar ilegalidades que envolvam o direito de locomoção do cidadão, como, por exemplo, para garantir o direito de visita ao detento.
- 88** É ilegal o uso de algemas em mulheres presas grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.

Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue os itens a seguir.

- 89** Eventual abuso cometido no cumprimento da medida alcança exclusivamente os agentes policiais, visto que a legislação de regência não prevê como sujeito ativo membros do Poder Judiciário.
- 90** Caracterizado o crime de abuso de autoridade, caberá ao conduzido representar criminalmente contra a autoridade que determinou a medida, cuja representação é condição de procedibilidade para eventual ação penal.
- 91** A conduta descrita caracteriza abuso de poder, uma vez que a restrição somente é cabível após o descumprimento de duas intimações válidas.

Em relação às alterações promovidas pela Lei n.º 13.964/2019, que modificou, entre outros normativos, o Código Penal e o Código de Processo Penal, julgue os itens subsequentes.

- 92** Considere que um cidadão, maior de setenta anos de idade, tenha sido vítima de crime de estelionato. Nessa situação, o delito, de regra, é de ação pública incondicionada, podendo a autoridade policial proceder à instauração do inquérito policial, independentemente da manifestação da vítima.
- 93** No caso de um cidadão condenado a penas privativas de liberdade que somam mais de noventa anos de reclusão, as penas devem ser unificadas observando-se o limite máximo de quarenta anos.
- 94** Cidadão que, mediante o uso de uma faca de cozinha, ameaçar uma vítima, subtraindo-lhe um aparelho celular, sem, no entanto, provocar qualquer dano corporal na vítima, responderá pelo crime de roubo simples, em razão da ausência de lesão à integridade corporal da vítima.
- 95** Considere que um juiz de primeiro grau, no curso da ação penal, tenha determinado a prisão preventiva do acusado, sem prévia manifestação do Ministério Público, em razão da prática de crime hediondo com resultado morte. Nessa situação, foi equivocada a providência da autoridade judiciária, dadas as novas regras da prisão cautelar.

Acerca dos crimes de lavagem de dinheiro, julgue os itens que se seguem.

- 96** A infiltração e a ação controlada são permitidas legalmente para a apuração dos delitos de lavagem de dinheiro, desde que se trate, comprovadamente, de prática delituosa levada a efeito por organização criminosa.
- 97** A extinção da punibilidade do agente responsável pela infração penal antecedente alcança, em geral, o autor do delito de lavagem de dinheiro.
- 98** O processo e o julgamento de tais delitos são, em regra, da competência do juiz singular e obedecem ao rito comum relativo aos crimes punidos com reclusão.

Com relação ao acordo de leniência previsto na Lei n.º 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, julgue os itens a seguir.

- 99** O acordo de leniência não impede que a pessoa jurídica deixe de ser processada judicialmente, tampouco impede a aplicação das sanções referentes ao perdimento de bens, à suspensão ou interdição parcial de suas atividades ou à sua dissolução compulsória.
- 100** O acordo de leniência guarda semelhança com o instituto da delação premiada, porquanto ambos exigem a assunção de culpa pela prática dos ilícitos investigados.

Considerando as disposições legais do Estatuto do Desarmamento e da Lei de Drogas, julgue os itens que se seguem.

- 101** Considere que, em uma fiscalização ao acaso, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) tenha apreendido um veículo no qual era transportada grande quantidade de cocaína de um estado para outro. Considere também que o motorista tenha sido preso em flagrante por tráfico de drogas, e o veículo, apreendido. Nessa situação hipotética, não poderá a PRF, responsável pela prisão, fazer uso do bem apreendido, porque a autorização judicial nesse sentido somente alcança os órgãos de polícia incumbidos da investigação propriamente dita.
- 102** No caso de cidadão detentor do certificado de registro de arma de fogo expedido pela Polícia Federal, o certificado garante o livre porte do armamento em todo o território nacional.
- 103** O crime de porte de arma de fogo de uso proibido, embora seja inafiançável, é suscetível de liberdade provisória.
- 104** Considere que determinado estado da Federação tenha delegado a uma empresa privada o trabalho administrativo de seu sistema penitenciário, o que irá resultar na contratação de funcionários terceirizados que desempenharão algumas atividades próprias dos agentes penitenciários. Nessa situação, por extensão às regras do Estatuto do Desarmamento, os funcionários dessa empresa privada deterão autorização legal para o porte de arma de fogo em serviço.
- 105** Considere que um indivíduo, sem autorização legal, tenha vendido grande quantidade de insumo destinado à preparação de drogas a um agente policial que estava disfarçado em atuação investigativa. Nessa situação, se estiverem presentes elementos probatórios de conduta criminal preexistente, será possível a prisão em flagrante do indivíduo, não se caracterizando a figura do crime impossível.
- 106** Considere que um visitante tenha tentado entrar no estabelecimento prisional portando, de forma dissimulada, pequena quantidade de cocaína a ser entregue para um detento, de forma gratuita. Nessa situação, a conduta do visitante corresponde ao tipo penal do tráfico de drogas, com pena aumentada de um sexto a dois terços, em razão das circunstâncias do delito.

Entre 1776 e 1945, os Estados Unidos da América (EUA) passaram da condição de constelação de colônias com territórios relativamente pequenos à de Estado-nação de dimensões continentais e potência vencedora da Segunda Guerra Mundial. A respeito da história desse país no citado período, julgue os itens a seguir.

- 107** A industrialização dos EUA, ao longo do século XIX, iniciou-se na Costa Oeste, em estados que, antes de serem conquistados, formavam parte do território mexicano.
- 108** A Guerra de Secessão, um dos maiores conflitos de que os EUA participaram, opôs o Sul ao Norte no que dizia respeito à abolição da escravidão.
- 109** Ao contrário da Inglaterra, onde os sindicatos foram importantes para a criação do Partido Trabalhista, nos EUA a ausência de um partido trabalhista se deveu à inexistência de sindicatos no século XIX.
- 110** A aliança forjada entre os EUA e a União Soviética, ao longo da Segunda Guerra Mundial, teve como fundamento, entre outros motivos, o fato de que a Alemanha havia declarado guerra a ambos os países.

A respeito dos aspectos históricos relacionados à extinção do sistema colonial nas Américas entre 1776 e 1824, julgue os itens seguintes.

- 111** De modo geral, os processos de independência nos países que posteriormente formaram a América Latina foram pacíficos, assim como a construção dos Estados nacionais na região foi livre de conflitos bélicos.
- 112** A Independência dos EUA, também conhecida como Revolução Americana, foi vista pelos próprios revolucionários como um projeto para a recuperação das liberdades usurpadas pelo parlamento e pelo rei.
- 113** Inspirados na independência e na criação dos EUA, os Estados hispano-americanos criaram leis semelhantes às dos norte-americanos, com respeito às tradições políticas tanto das sociedades hispano-americanas do período colonial quanto das colônias inglesas da América do Norte.

No âmbito econômico, o comércio foi o responsável pelo contato de regiões relativamente autossuficientes. O intercâmbio mercantil caminhou ao lado da ampliação das possibilidades de circulação no globo terrestre e, de certa forma, fomentou o processo hoje conhecido como globalização. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 114** Com a globalização, o mecanismo de mercado tornou-se capaz de identificar custos e benefícios da produção industrial e encontrar respostas aos desafios ligados à degradação ecológica.
- 115** A fragmentação internacional da produção industrial, em escala global, é uma forma atual e radical de divisão internacional do trabalho.

Atualmente, muitas regiões do planeta estão cercadas por problemas ambientais, tais como a deterioração da qualidade do ar e seus impactos negativos. A esse respeito, julgue os itens seguintes.

- 116** A inversão térmica é um processo meteorológico, no qual o ar quente fica aprisionado próximo à superfície, pressionado por uma camada de ar frio, mais denso.
- 117** No Brasil, devido ao processo de industrialização tardio e à desconcentração industrial, o processo de acidificação da chuva é inexistente.

Acerca da apropriação capitalista da terra no Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 118** A Lei de Terras, no final do século XIX, trouxe para o Brasil uma noção tipicamente moderna de propriedade.
- 119** O estabelecimento das sesmarias criou um padrão de estrutura fundiária altamente concentrador.

O território do estado de Alagoas está subdividido em duas áreas de climas distintos, identificadas, segundo a classificação de Köppen, como tropical chuvoso (AMs') e tropical (As'). O litoral sul do estado do Alagoas está inserido na região de clima As', apresentando a estação seca entre a primavera e o verão. A estação chuvosa ocorre do outono ao inverno, com precipitação anual superior a 1500 mm. No que se refere aos sistemas atmosféricos que produzem a chuva no litoral sul de Alagoas, julgue o item a seguir.

- 120** Um dos sistemas atmosféricos responsáveis por essa elevada precipitação pluviométrica é a Zona de Convergência do Atlântico Sul, extensa e persistente faixa de nuvens que atua durante vários dias consecutivos.

Espaço livre